



“UN PRINCE DOIBT BIEN REGARDER QUELZ AMBASSADEURS IL ENVOYE PAR PAYS”: A NEGOCIAÇÃO DIPLOMÁTICA EM FINAIS DA IDADE MÉDIA (1474-1475)

“UN PRINCE DOIBT BIEN REGARDER QUELZ AMBASSADEURS IL ENVOYE PAR PAYS”: LA NÉGOCIATION DIPLOMATIQUE À LA FIN DU MOYEN ÂGE (1474-1475)

DOUGLAS MOTA XAVIER DE LIMA¹

Universidade Federal do Oeste do Pará

RESUMO

Durante a guerra de sucessão castelhana (1475-1479), a França mostrou-se o principal apoio externo às pretensões portuguesas, mobilizando o envio de embaixadores, a assinatura de tratados e a viagem de D. Afonso V à corte de Paris. A aliança entre Portugal e França, assinada em setembro de 1475, foi a peça-chave das relações entre os reinos, no entanto, não foi suficiente para garantir a efetividade do apoio externo e frequentemente foi considerada como um equívoco diplomático do reinado de D. Afonso V. Diante disso, o artigo propõe discutir os meandros das negociações diplomáticas em finais da Idade Média, problematizando a atuação dos embaixadores desde o início da guerra à assinatura da aliança de 1475. A análise do papel dos embaixadores nas negociações evidencia a importância da informação para a diplomacia de finais da Idade Média.

PALAVRAS-CHAVE: GUERRA DE SUCESSÃO CASTELHANA. DIPLOMACIA. EMBAIXADORES.

RÉSUMÉ

Pendant la guerre de succession castillane (1475-1479), la France s'est révélée être le principal soutien extérieur aux prétentions portugaises, mobilisant l'envoi d'ambassadeurs, la signature de traités et le déplacement de D. Afonso V à la cour de Paris. L'alliance entre le Portugal et la France, signée en septembre 1475, était l'élément clé des relations entre les royaumes, cependant, elle ne suffisait pas à garantir l'efficacité du soutien extérieur et était souvent considérée comme une erreur diplomatique du règne de D. Afonso V. Dans ce contexte, l'article propose de discuter des subtilités des négociations diplomatiques à la fin du Moyen Âge, en remettant en cause le rôle des ambassadeurs depuis le début de la guerre jusqu'à la signature de l'alliance de 1475. L'analyse du rôle des ambassadeurs dans les négociations met en évidence l'importance de l'information pour la diplomatie à la fin du Moyen Âge.

MOTS CLÉS: GUERRE DE SUCCESSION CASTILLANE. DIPLOMATIE. AMBASSADEURS.

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Pós-doutorado em desenvolvimento na Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho (UNESP-Franca) junto ao Grupo Temático Escritos sobre os novos mundos. Coordenador do LEGATIO: Grupo de Pesquisa, Ensino e Extensão em História Medieval e Ensino de história. Vice-líder do SIGILLUM – Estudos sobre Diplomacia e História Diplomática. Contato: douglas.mxl@ufopa.edu.br.

INTRODUÇÃO

Terceiro rei da dinastia de Avis, D. Afonso V (1432-1481) reinou em Portugal entre 1448 e 1481, período marcado por importantes conflitos internos e externos ao reino, sendo exemplo a Batalha de Alfarrobeira (1449), as campanhas militares em Alcácer-Céguer (1458), Arzila e Tânger (1471) e a guerra de sucessão castelhana (1475-1479).² Os feitos ultramarinos do reinado legaram ao monarca o codinome pelo qual é conhecido desde o século XVI, o Africano. Influenciado pelo humanismo quinhentista, é possível que Cristóvão Rodrigues Acenheiro, nas suas *Crónicas dos Senhores Reis de Portugal*, tenha sido o primeiro a estabelecer o epíteto ao monarca, comparando-o à Cipião, conquistador romano de Cartago na segunda Guerra Púnica (218-202 a.C.).³ O epíteto carregado desde então exalta os feitos africanos do monarca, mas tende a ofuscar a preocupação acentuada de D. Afonso V com a política ibérica, particularmente com as relações luso-castelhanas.

Como definiu Jorge Borges de Macedo,⁴ ao longo de todo o período medieval a política externa do reino português esteve atrelada a diferentes linhas de força, sendo a principal a questão peninsular, que teve nas relações luso-castelhanas seu elemento de maior destaque – a constante “Paz vigilante” ressaltada pelo autor – e, por vezes, transvestiu-se de projetos de hegemonia ibérica que resultaram em conflitos armados entre os reinos. Entre a crise sucessória (1383-1385) que levou D. João, mestre de Avis, ao trono lusitano, e as assinaturas dos tratados de Ayllón (1411) e Medina del Campo (1433), decorreram uma série de tentativas de pacificar as relações entre Portugal e Castela, no entanto, um dos principais dispositivos da diplomacia capaz de pactuar casas monárquicas foi evitado de ambas as partes, o enlace matrimonial.

Essa tendência perdurou até 1447, quando o casamento entre D. Isabel, filha do infante D. João, com Juan II, rei de Castela, retomou a aproximação entre as casas reais por meio do parentesco. Na década seguinte, um novo enlace fortaleceu a aliança, o casamento entre o rei Enrique IV e D. Joana, filha de D. Duarte, em 1455. Não obstante, foi a partir de 1464, no encontro régio de Gibraltar, que as relações diplomáticas entre os reinos se intensificaram, relacionando-se, sobretudo, às

² Sobre o reinado de D. Afonso V, ver: RAU, Virgínia. Relações diplomáticas de Portugal durante o reinado de D. Afonso V. In: *Estudos de história medieval*. Lisboa: Presença, 1986, p.66-80; MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1987; GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. Lisboa: Temas e Debates, 2009; MENDONÇA, Manuela. *Guerra luso-castelhana. Século XV*. Lisboa: Quidnovi, 2006; LIMA, Douglas Mota Xavier de. D. Afonso V. In: SOUZA, Guilherme Queiroz de; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa (org.). *Cem fragmentos biográficos. A Idade Média em Trajetórias*. Goiânia: Tempestiva, 2020, p. 609-614.

³ GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. Lisboa: Temas e Debates, 2009, p. 11.

⁴ MACEDO, Jorge Borges de. *História Diplomática Portuguesa. Constantes e linhas de força*. Lisboa: 1987. A centralidade da política ibérica também foi explorada por MARQUES, A. H. de Oliveira. *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença, 1986.

propostas de casamento entre D. Afonso V e D. Isabel de Castela. Tais negociações estenderam-se até 1469, ano em que D. Fernando de Aragão desposou D. Isabel.⁵

O fracasso das tratativas não impediu que as negociações fossem retomadas em 1472-1473 com a proposta de novo enlace: o casamento entre D. Afonso V e D. Joana, filha dos reis de Castela e sobrinha do monarca português.⁶ Com a concorrência de projetos matrimoniais paralelos, o acordo permaneceu pendente até a morte de Enrique IV, em 11 de dezembro de 1474, acontecimento que precipitou o desfecho positivo das negociações.

Após o óbito, ainda em dezembro, mensageiros castelhanos informaram D. Afonso V, em Elvas, das condições expostas em testamento, que asseguravam D. Joana como herdeira e sucessora de Enrique IV.⁷ A partir do informe, o rei de Portugal enviou Lopo de Albuquerque, seu camareiro-mor, para averiguar a posição da fidalguia castelhana sobre a questão da sucessão régia. As respostas trazidas indicaram que os apoiadores de D. Joana amparavam a reivindicação de D. Afonso ao trono castelhano, gerando entusiasmo no rei e no príncipe D. João.⁸ Os meses posteriores foram intensos

⁵ Sobre o contexto ibérico dos anos 1450 e 1460, ver: MENDONÇA, Manuela. *Guerra luso-castelhana. Século XV*. Lisboa: Quidnovi, 2006; ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2009; ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (coord.). *Historia de España en la Edad Media*. Barcelona: Ariel, 2011; LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *La España de los Reyes Católicos*. Madrid: Alianza Editorial, 2014; LIMA, Douglas Mota Xavier de. Encontros régios e as relações luso-castelhanas no reinado de D. Afonso V. *Alethéia – Estudos sobre Antiguidade e Medievo*, n.1, jan./jul. 2017.

⁶ PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V*. Escripório, Lisboa: Rutgers University Libraries, Capítulo CLXXI; GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, capítulo XL; MARTÍNEZ, Pedro Soares. *História diplomática de Portugal*. Lisboa: Almedina, 2010, p. 104-105.

⁷ PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V*. Escripório, Lisboa: Rutgers University Libraries, 1901, Capítulo CLXXIII; GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, capítulo XLI-XLII. Acrescenta-se que o referido testamento é citado nas crônicas portuguesas e nos Anales de Aragón, mas não aparece nas fontes castelhanas.

⁸ ARAÚJO, Julieta. *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri, 2009, p. 259; MENDONÇA, Manuela. *D. João II. Um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal*. Estampa: Lisboa, 1991, p. 103. Zurita detalha os principais apoiadores da causa de D. Joana, dando relevo à figura do Marques de Vilhena, Diego López Pacheco: “Don Diego López Pacheco marqués de Villena entró en la empresa con aquella afición y pasión que lo pudiera hacer el maestre de Santiago su padre, y no se contentaba con ser como uno de los otros grandes que amaban aquella sucesión, pero como el principal y caudillo dellos y que había de tomar a su cargo la suma de las cosas así en la guerra como en la paz; [...] y muerto el rey como en vida del maestre su padre estaba aquello muy platicado y deliberado, daba por muy llana la sucesión y entrada del rey de Portugal, prometiendo y asegurando que casi todos los grandes y ciudades le seguirían; y exhortaba al rey de Portugal al matrimonio de su sobrina, al cual él parecía así aficionarse. [...] Daba por cosa muy cierta que le seguirían en aquella empresa casi todos los grandes de Castilla y de la Andalucía; y de los primeros y más vecinos a Portugal don Álvaro de Stúñiga duque de Arévalo y conde de Placencia, de quien estaba más que seguro y muy confiado el mismo rey de Portugal, y don Beltrán de la Cueva duque de Alburquerque que decía el marqués estar en Segovia con ficción, y que estos dos grandes le aseguraban las espaldas por los estados que tenían a la raya de Portugal. De don Rodrigo Téllez Girón maestre de Calatrava su primo ninguna duda se ponía que no siguiese una misma fortuna con él. Tampoco se dudaba del arzobispo de Toledo a quien ponían delante como al principal promovedor desta empresa; y aseguraba también que le seguirían en aquella causa el conde de Benavente y don Juan Téllez Girón conde de Urueña su primo que había sucedido em aquel estado a don Alonso Téllez Girón su hermano; y lo mismo ofrecía de don García Álvarez de Toledo duque de Alba y de don Rodrigo Ponce de León marqués de Cádiz y de don Alonso de Águilar y de los señores vecinos de Portugal que eran don Gómez

em Portugal e, consultadas as diferentes posições do Conselho régio,⁹ o próximo passo foi a convocação das Cortes. A reunião ocorreu na cidade de Évora, no mês de fevereiro, e foi votado o financiamento da empresa afonsina.¹⁰

Com a coroação de Isabel como rainha de Castela em 13 de dezembro de 1474, em Segóvia, a guerra mostrou-se incontornável. Negociações para que o conflito fosse evitado seguiram de ambos os lados, com trocas de embaixadas e encontros régios,¹¹ no entanto, em maio de 1475, D. Afonso V cruzou as fronteiras castelhanas e, no dia 29 do mês, em Plasencia, a união matrimonial foi realizada.¹² Junto aos apoiadores de D. Joana a paz vigilante desfez-se e a guerra luso-castelhana recomeçou. Passados sessenta e quatro anos da assinatura da Paz de Ayllón (1411), reabriu-se um período de conflito entre os reinos vizinhos, o qual ficou conhecido como Guerra Peninsular, Guerra de sucessão de Castela ou Guerra da Beltraneja (1475-79).

As armas afonsinas e dos Reis Católicos chocaram-se no reino de Castela, no entanto, a disputa pelo trono castelhano também foi travada no plano diplomático, envolvendo diferentes redes e atores externos, como França, Inglaterra, Aragão, os ducados da Borgonha e da Bretanha e a Santa Sé. O reino da França durante o reinado de Luís XI (1461-1483) mostrou-se como principal apoio externo às pretensões lusitanas, tanto pela relação dos Valois com o papado, como pelos conflitos que opunham França e Aragão, em especial na região dos Pirineus.¹³ Destarte, a singular aliança franco-

Suárez de Figueroa conde de Feria y don Alonso de Cárdenas comendador mayor de León; y no se tenía por poca parte em aquella provincia don Pedro Puerto Carrero hermano del marqués de Viñena que estaba casado con una hija de don Alonso de Cárdenas". ZURITA, Jerónimo. *Anales de Aragón*. Edición de Ángel Canellas López. Edición electrónica de José Javier Iso (coord.), María Isabel Yagüe y Pilar Rivero. IFC, 2003, Libro XIX, cap. XVIII.

⁹ Como descreve Rui de Pina, o envolvimento de Portugal na sucessão castelhana não recebeu pareceres homogêneos, gerando discordâncias sobre o assunto. PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V*. Escritorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, 1901, Capítulo CLXXIII.

¹⁰ SOUSA, Armindo de. *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*. Porto: INIC, Centro de História da Universidade do Porto, 1990, v.2, p. 403-408; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. Volume II. Formação do Estado Moderno (1415-1495). Lisboa: Verbo, 1979, p. 231.

¹¹ PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V*. Escritorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, Capítulo CLXXIV; GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, capítulo XLIV.

¹² PULGAR, Fernando del. *Crónica de los Señores Reyes Católicos Don Fernando y Doña Isabel de Castilla y de Aragón*. Cotexada con antiguos manuscritos y aumentada de varias ilustraciones y enmiendas. Publicação original: Valencia, Imp. de Benito Monfort, 1790. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2003, Cap. XLII, p.82; PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V*. Escritorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, Cap. CLXXXIX; RESENDE, Garcia de. *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1973, Cap. XIII; GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, Cap. LXXV.

¹³ Sobre o reino francês no século XV, ver: LEWIS, Peter. *Late Medieval France: the polity*. New York: St. Martin, 1968; KENDALL, Paul Murray. *Louis XI*. Paris: Fayard, 1974; POTTER, Donald. *A History of France, 1460-1560. The Emergence of a Nation State*. Hampshire, GB: Macmillan Press, 1995; OLIVERA SERRANO, César. *Crecimiento de Francia*. In: ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (coord.). *Historia Universal de la Edad Media*. Barcelona: Ariel, 2002, p. 755-773; CHEVALIER, Bernard. *The recovery of France, 1450-1520*. In: ALLMAND, Christopher (Ed.). *The New Cambridge*

portuguesa estabelecida em 1475 é o foco deste artigo, que busca problematizar os meandros da negociação diplomática em finais do medievo, com atenção especial para a atuação dos embaixadores portugueses na assinatura do tratado.

A ALIANÇA COM A FRANÇA

Ao considerar o quadro diplomático da dinastia de Avis, a França constitui a singularidade do período de D. Afonso V em relação aos reinados anteriores. Inimiga durante a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), em especial no reinado de D. João I, que optou pela aliança inglesa ratificada no tratado de Windsor (1386),¹⁴ as relações com a França limitaram-se às atividades comerciais.¹⁵ Somente com o tratado de Arras (1435) e a reconciliação do rei Carlos VII com o duque da Borgonha, Filipe, o Bom, que as relações franco-portuguesas tomaram novos rumos e dimensões políticas, com D. Duarte emitindo pedidos de apoio na guerra contra Tânger e D. Afonso V buscando respaldo francês após a crise de Alfarrobeira.¹⁶ Não obstante, o reino tornou-se aliado diplomático e o apoio externo mais importante no cenário dos anos 1470.

A construção dessa nova rede de relações no reinado afonsino tem raízes ainda na década anterior e explica-se menos pelas ações portuguesas do que pelo contexto da guerra civil catalã, que acentuou a intervenção dos franceses na Península Ibérica. Com a morte de Carlos, príncipe de Viana, em setembro de 1461, e a consequente vacância do trono catalão, abriu-se um conflito que envolveu as casas dinásticas ibéricas e o reino da França. Aliado de Carlos, Luís XI monitorou o conflito, ora apoiando a causa catalã, ora aproximando-se de Juan II de Aragão. Por meio da aliança com o rei aragonês, assinou o Tratado de Bayonne (1462), que garantiu a posse do Roussillon e da Cerdanha ao reino da França.¹⁷ O tratado colocou em oposição Aragão e Castela, disputa que foi equacionada em 1463, tendo Portugal enviado uma importante comitiva diplomática às Vistas de Fuenterrabía

Medieval History. Volume VII, c.1415-c.1500. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 408-430; GAUVARD, Claude. *Le temps des Valois*. Paris: Presses Universitaires de France, 2013.

¹⁴ Sobre o tema e a posição portuguesa no quadro diplomático do período, ver: FONSECA, Luís Adão da. *O essencial sobre o Tratado de Windsor*. Lisboa: Imprensa Casa da Moeda, 1986.

¹⁵ FONSECA, Luís Adão da. *Os Descobrimentos e a formação do Oceano Atlântico. Século XIV-XVI*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, p.43; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, p. 75-76.

¹⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, p. 77-78.

¹⁷ Sobre o contexto da guerra catalã, ver: FONSECA, Luís Adão da. *O Condestável D. Pedro de Portugal*. Porto: Instituto de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1982, p. 127-130; HEERS, Jacques. *Louis XI*. Paris: Perrin, 2003, p. 70-71.

entre Enrique IV e Luís XI.¹⁸ Reivindicando os laços com Aragão, que seguiam fortes desde o casamento de D. Leonor com D. Duarte (1428), por meio do encontro régio D. Afonso V também se aproximava de Castela e da França, afirmando-se no xadrez político peninsular. Não obstante, a relação com a França viu-se estremecida com o envolvimento do Condestável D. Pedro na Catalunha, ainda que o monarca português tenha argumentado que não tinha envolvimento com as ações do primo.¹⁹

Após um hiato de quase uma década, a França voltou a grassar na política externa portuguesa como o aliado necessário no contexto da sucessão castelhana, e uma breve aproximação da história francesa no período auxiliará a compreensão da escolha afonsina.

Os primeiros anos do reinado de Luís XI foram marcados por intensas disputas internas contra ligas ducais, como a “*Ligue du Bien Public*” (1465-1467)²⁰ que envolveu as casas de Bourbon, Bretanha e Borgonha, e pela tentativa de afirmação diplomática do reino francês por meio da arbitragem de conflitos na região da Catalunha e entre a casa de Saboia. Num cenário distinto, a partir da década de 1470 acompanha-se o fortalecimento da monarquia francesa em múltiplas dimensões, em especial frente aos poderes concorrentes, internos e externos. No período, os principais rivais dos Valois foram as figuras de Eduardo IV (1442-1483), rei da Inglaterra, e Carlos, o Temerário (1433-1477), duque da Borgonha, e a monarquia francesa concentrou suas ações no intuito de derrotar ou, ao menos, inutilizar as forças rivais. Foi nesse contexto de gradativa ampliação dos poderes monárquicos de Luís XI que, em 1473, os conflitos na região dos Pirineus voltaram a grassar, especialmente em torno dos Pirineus, opondo, novamente, franceses e aragoneses. Terminada a guerra civil catalã em 1472, Juan II de Aragão investiu na recuperação do Roussillon, o que motivou novas mobilizações militares de Luís XI. Concomitante à morte de Enrique IV, em dezembro de 1474, a realza francesa ordenou investidas contra Perpignan e o Roussillon, acentuando as rugas entre as monarquias e, conseqüentemente, afetando a posição dos Reis Católicos.²¹

¹⁸ A comitiva foi composta por Afonso Garcez, escrivão, João Fernandes da Silveira, chanceler da Casa do Cível, Lopo de Almeida, vedor da Fazenda, Pero Fernandez e o arauto Alcácer. Trata-se de uma das embaixadas mais custosas do reinado de D. Afonso V. FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965.

¹⁹ FONSECA, Luís Adão. *Relações históricas entre Portugal e a França (1430-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1475, p. 87; FONSECA, Luís Adão da. *O Condestável D. Pedro de Portugal*. Porto: Instituto de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1982, p. 135.

²⁰ A questão das ligas ducais aparece como fenômeno endêmico do século XV francês, ultrapassando, assim, as especificidades do reinado de Luís XI. Sobre o tema, ver: SOLON, Paul D. Aristocratic revolt. In: KIBLER, Willian et al. (ed.). *Medieval France: an encyclopedia*. London: Routledge, 1995, p. 176-177.

²¹ Sobre o contexto francês no período, ver a bibliografia citada na nota nº12. Ademais, cabe acompanhar a narrativa de Jerónimo Zurita sobre os acontecimentos do período. Sobre as reverberações em Castela, ver: LADERO QUESADA, Miguel Ángel. *La España de los Reyes Católicos*. Madrid: Alianza Editorial, 4ª edición, 2014, p. 61.

Por iniciativa oriunda da corte portuguesa ou por orientação dos apoiadores castelhanos, ao receber a notícia da morte do rei de Castela, D. Afonso V buscou o apoio da França, compreendendo que uma possível aliança poderia abrir duas frentes de guerra contra os Reis Católicos e, conseqüentemente, favorecer o avanço das tropas portuguesas. Em 13 de janeiro de 1475 prontamente enviou à França o arauto Lisboa informando que estava por receber D. Joana como esposa, preparado para entrar no reino vizinho com grande exército e que garantia amizade entre os reinos. Sem esperar por repostas desta missão, nova missiva foi enviada no dia 30 do mesmo mês, reafirmando os elementos da carta anterior e acrescentando o interesse em contar com o apoio de Luís XI para o alcance da bula papal necessária para legitimar o casamento que viria a ocorrer.²²

Em resposta escrita em abril de 1475, Luís XI indicava que enviara emissários ao papado a fim de apoiar a causa de D. Afonso V, sugerindo que as mensagens enviadas meses antes foram bem-sucedidas.²³ A antiga aliança dos portugueses com o ducado da Borgonha²⁴ e o reino da Inglaterra²⁵ não impediu que Luís XI expressasse o desejo em reafirmar os pactos franco-castelhanos por meio de D. Afonso V, que se intitulava rei de Castela e de Portugal. Para isso, despachou embaixador à corte portuguesa com instruções para avançar na ratificação das pazes entre os reinos.²⁶

Não se sabe se o embaixador francês chegou a Portugal antes da partida de D. Afonso V para o reino de Castela, em maio, ou se encontrou o monarca no reino vizinho. De todo modo, em 03 de junho de 1475, D. Afonso V enviou D. Álvaro de Ataíde e João de Elvas a fim de negociarem a

²² SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias*. Paris: J. P. Aillaud, 1843, Tomo III, p.112-115.

²³ SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias*. Paris: J. P. Aillaud, 1843, Tomo III, p. 115-116.

²⁴ Sobre a relação entre Portugal e Borgonha, ver: PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482)*. Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes. Lisbonne-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995; FONSECA, Luís Adão. *Relações históricas entre Portugal e a França (1430-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1475, p. 15-52.

²⁵ Trata-se da aliança estabelecida em Windsor (1386) que, associada ao casamento de Filipa de Lencastre com D. João I, orientou a relação entre os reinos ao longo do século XV. Apesar disso, ressalta-se que na década de 1470 a aliança anglo-portuguesa foi abalada por problemas marítimos e comerciais entre os reinos, questão que segundo os cronistas portugueses moveu D. Afonso V a declarar guerra ao reino da Inglaterra em 1472. Ver: PINA, Rui de. *Chronica de El-Rey D. João II*. In: Collecção de Livros Ineditos de História Portuguesa dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II. Publicados por José Corrêa da Serra. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, Tomo II, 1792; GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, capítulo XX.

²⁶ GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, capítulo XLVII; SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias*. Paris: J. P. Aillaud, 1843, Tomo III, p. 116-123.

ratificação das pazes entre França e Castela – sendo Castela representada pelo rei de Portugal.²⁷ Em setembro os embaixadores chegaram à corte francesa e tiveram êxito nas tratativas, assinando dois acordos entre Luís XI e D. Afonso V. Primeiramente, no dia 08, a assinatura de um Tratado de Liga ofensiva entre os monarcas contra o rei de Aragão. Pelo acordo, as terras conquistadas por Portugal na Catalunha, no Roussillon e nas ilhas da Sardenha e das Baleares seriam entregues ao rei da França, ao passo que as cidades e vilas conquistadas pelo francês em Aragão seriam passadas ao monarca português. Paralelamente ao pacto militar, no dia 23, foram confirmados tratados anteriores, com Luís XI reconhecendo D. Afonso V e D. Joana como legítimos herdeiros do trono de Castela²⁸.

A aliança de 1475 é um elemento-chave para a compreensão das ações portuguesas durante a guerra peninsular. Desde dezembro de 1474, por meio do testamento recebido de Castela e do retorno da missão de Lopo de Albuquerque, D. Afonso V estava ciente dos apoios da nobreza castelhana e, por volta de maio de 1475, sabia do interesse de Luís XI em apoiar a causa portuguesa. A partir de então, o monarca entrou no reino vizinho, casou-se e iniciou uma série de ataques às cidades castelhanas, conseguindo um significativo avanço durante o ano. No entanto, ao fim do ano de 1475 a causa portuguesa conheceu infortúnios, perdendo cidades e apoiadores. Foi então que, em dezembro, D. Álvaro de Ataíde e João de Elvas regressaram da França com o tratado de aliança assinado, encontrando o monarca em Toro.²⁹ Do mesmo período, conhece-se ainda uma carta patente de Luís XI, de 21 de dezembro, reconhecendo D. Afonso como aliado e rei de Portugal e Castela e prometendo apoio militar francês na guerra.³⁰ É provável que o tratado, o regresso dos embaixadores e a carta de Luís XI tenham oferecido novo fôlego a empresa de D. Afonso V, que enfrentou os Reis Católicos em 1 de março de 1476, na célebre Batalha do Toro.³¹

O revés militar, ainda que, efetivamente, tenha representado o fim das pretensões lusitanas ao trono de Castela, não impediu que D. Afonso V permanecesse imbuído de fazer valer a aliança com a França, apoio que poderia mudar os rumos da guerra. Para isso, o monarca voltou a Portugal e

²⁷ SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias*. Paris: J. P. Aillaud, 1843, Tomo III, p. 123; GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, capítulo XLVII.

²⁸ SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias*. Paris: J. P. Aillaud, 1843, Tomo III, p. 125; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, p. 100-101.

²⁹ PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V*. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, Capítulo CXCIII.

³⁰ SOUSA, António Caetano de. *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Officina Sylviana da Academia Real, 1742, doc.3, p. 6-8; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, p. doc. 7, p. 155.

³¹ Sobre a batalha, ver: DUARTE, Luís Miguel. A guerra com Castela (1475-1479): Toro. In: BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (Dir.). *Nova História Militar de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, Vol.1, 372-391.

decidiu viajar ao reino da França a fim de pessoalmente garantir a participação francesa no conflito. A viagem de D. Afonso V durou de agosto de 1476 a novembro de 1477, mas tal esforço diplomático foi insuficiente para alcançar o apoio francês. Assim, o regresso do rei representou o desvanecer do sonho ibérico português.³²

Sem a intenção de simplificar os motivos para o insucesso do projeto de D. Afonso V, é patente que a aliança estabelecida com a França não teve efeitos e que o monarca português permaneceu nutrindo esperanças acerca desta aliança durante todos os anos do conflito. Na busca de explicar o equívoco régio, Damião de Góis, no século XVI, criticou o rei de Portugal afirmando que, mesmo diante da inércia de Luís XI, D. Afonso V não deixou de dar fé às cartas e às palavras de D. Álvaro de Ataíde sobre o tratado assinado com a França:

Tendo Dom Alvaro d'Ataide acabados hos negocios a que ho elRei dom Afonso mandara a França se tornou aho regno e dahí veo ter a Touro onde lhe deu recado, e cartas delRei Luis cheas de muitos offreçimentos e grandes promessas d'ajuda, has quaes quomo se depois vio eram mais pera se valer dele, que nam pera ho ajudar, porque elRei Luis tinha guerra com elRei dom Ioam d'Aragão, pai delRei dom Fernando, sobre ho condado do Roselhom, [...] e posto que elRei Luis se partisse do çerquo de Fonte Rabia e fizesse tregoa com elRei dom Fernando, quomo atras fica apontado, nem por isso elRei dom Afonso deixou de dar fé has cartas que lhe mandou per dom Alvaro d'Ataide, e às palavras que de sua parte lhe dixee, has quaes eram cheias de falsidade, e engano, porque este Rei Luis, por ser dissimulado, e abastado em promessas, e palavras sem effecto chamavam ho Raposo d'algunha.³³

Reforçando as responsabilidades do monarca, historiadores como Oliveira Martins,³⁴ Joaquim Veríssimo Serrão³⁵ e Manuela Mendonça³⁶ sustentam que D. Afonso V foi iludido, não compreendendo os meandros da política externa francesa e que a efetividade do tratado de 1475 dependia da sorte das armas. O rei português deixou-se enredar pelas estratégias do rei da França e

³² Sobre a viagem do rei de Portugal, ver: DENIS, Serge. Le voyage en France d'Alphonse V de Portugal. *Bulletin Hispanique*, tome 36, n.3, 1934, p.289-318; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, p. 103-140; LIMA, Douglas Mota Xavier. *Viagens Diplomáticas: o Rei Português à Corte de Luís XI*. FRÓES, Vânia Leite et. al. (org.). *Viagens e Espaços Imaginários na Idade Média*. Rio de Janeiro: Anpuh-RJ, 2018; MONTEIRO, Inês Outor. *"Ce prauve Roy de Portugal": Uma outra perspectiva da viagem de D. Afonso V a França (1476-1477)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Dissertação de Mestrado em Estudos Medievais, 2020.

³³ GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, capítulo LXXXVIII.

³⁴ MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Edição crítica. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988, p. 192.

³⁵ "Mais uma ilusão do pobre monarca, que nada aprendera no contato com um dos homens mais esclarecidos do seu tempo e que preferia a paz com os vizinhos para se consagrar à unidade política do seu Reino. Residia o engano de D. Afonso V em considerar que Luís XI era um cavaleiro medieval, em busca de glória nos campos de batalha, quando estava na presença de um político consumado e que anunciava a última Idade da Europa feudal". SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, p. 140.

³⁶ MENDONÇA, Manuela. *Guerra luso-castelhana. Século XV*. Lisboa: Quidnovi, 2006, p. 105-106.

tornou-se mais um instrumento das negociações diplomáticas de Luís XI, sobretudo nas relações entre França e Inglaterra e França e os ducados da Bretanha e da Borgonha. Recentemente, Inês Monteiro revisitou o tema da viagem de D. Afonso V ao reino francês e num relevante esforço de compreensão do quadro geopolítico do período, em especial, das ações de Luís XI, eximiu de culpa os embaixadores e reiterou as críticas ao rei de Portugal, apontando-o como único responsável pela ideia da viagem e criticando-o por não ter a destreza diplomática necessária para influenciar o monarca francês.³⁷

Pelos elementos expostos, cabe questionar: afinal, quais eram os meandros da política de Luís XI? qual era o contexto político da corte francesa ao qual o rei de Portugal e/ou seus enviados diplomáticos não atentaram ou não foram capazes de medidas mais assertivas? O ano de 1475 oferece múltiplos subsídios para tal busca e um breve resumo auxiliará na compreensão do cenário alargado da assinatura do tratado entre D. Afonso V e Luís XI.

1475: UM ANO-CHAVE

Se, por um lado, o ano de 1475 impulsionou as pretensões afonsinas ao trono de Castela em virtude da aliança com a França, por outro lado, o ano também é crucial pelo rápido desenrolar dos eventos no norte da Europa, acontecimentos que compõem o complexo tabuleiro diplomático onde se insere a Guerra Luso-Castelhana.

Aliado da Inglaterra, do Sacro Império e do ducado da Bretanha numa aliança antifrancesa, ao longo da década de 1470, Carlos, o Temerário, conseguiu expandir os domínios do ducado da Borgonha e almejou a formação de um reino borguinhão independente e unificado, tornando-se o principal rival de Luís XI.³⁸ A articulação do duque estendeu-se ainda aos reinos de Aragão e Castela, visando enfraquecer os franceses com abertura de múltiplas frentes de combate.³⁹ Em parte, tal objetivo efetivou-se a partir de julho de 1474 com a assinatura do Tratado de Londres entre Carlos e

³⁷ MONTEIRO, Inês Outor. *“Ce prauve Roy de Portugal”: Uma outra perspectiva da viagem de D. Afonso V a França (1476-1477)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Dissertação de Mestrado em Estudos Medievais, 2020, p. 133-134.

³⁸ BRION, Marcel. *Charles le Téméraire. Duc de Bourgogne, 1433-1477*. Paris: Éditions Tallandier, 2014, p. 264-273.

³⁹ “Al mismo tiempo que se levantaba una tan nueva tempestad por la guerra que se apercibía por el rey de Portugal contra la nueva sucesión destes príncipes, tenía el rey [de Aragão] su padre en el último peligro las cosas de Rosellón y aun las de Cataluña si el enemigo no se contentase con Rosellón. Habíase pensado el rey [de Aragão] valer en aquella guerra del rey de Inglaterra y de los duques de Borgoña y Bretaña y que divirtieran todas las fuerzas del rey de Francia continuando la guerra que le hacían, y el duque de Borgoña se divirtió en la guerra de Alemania en la cual le seguían muchos de los príncipes alemanes que favorecían a Roberto hijo de Luis duque de Baviera que pretendía ser proveído del arzobispado de Colonia”. ZURITA, Jerónimo. *Anales de Aragón*. Edición de Ángel Canellas López. Edición electrónica de José Javier Iso (coord.), María Isabel Yagüe y Pilar Rivero. IFC, 2003, Libro XIX, cap. XX.

Eduardo IV, acordo que sustentou a aceleração das investidas da casa de Borgonha contra a monarquia francesa. Assim, entre finais de 1474 e meados de 1475, isto é, entre a morte de Enrique IV de Castela (dezembro) e o envio dos embaixadores de D. Afonso V (junho), Luís XI estava pressionado pelo furor das ações do duque da Borgonha e seus aliados, tal como enfrentava diferentes frentes de batalha, entre elas na região dos Pirineus.⁴⁰

O cenário alterou-se substancialmente a partir de abril de 1475 e, quiçá, motivou a redação da epístola de Luís XI ao rei português indicando apoio à causa afonsina e auxílio nos interesses do Africano em Roma. Por meio de alianças com a aristocracia suíça, o duque de Áustria e Renato II de Lorena, o rei da França conseguiu empreender importante revés a Carlos, o Temerário, atacando a Picardia, a Borgonha e Luxemburgo. Nos meses seguintes, Luís XI alcançou uma série de vitórias diplomáticas, sendo a mais importante a assinatura, em 29 de agosto, de um tratado de paz com a Inglaterra, o acordo de Picquigny, por vezes considerado o verdadeiro marco final da Guerra dos Cem Anos.⁴¹ Na sequência, o rei da França ainda assinou tréguas com a Borgonha,⁴² a paz de Soleuvre, em 13 de setembro, e acordo de paz com a Bretanha, o tratado de Senlis, em 29 de setembro.

Em meio às reviravoltas no conflito entre a França e o ducado da Borgonha e num cenário de pacificação das relações diplomáticas francesas, D. Álvaro de Ataíde e João de Elvas chegaram à corte de Luís XI e assinaram os tratados entre Castela/Portugal e França no mesmo mês de setembro. Carlos, o Temerário, permanecia como principal ameaça ao monarca Valois, no entanto, com a pacificação provisória, era possível o envolvimento dos franceses na guerra peninsular, ao menos essa parece ter sido a leitura dos acontecimentos pelos entusiasmados embaixadores portugueses. No entanto, conforme tem sustentado a historiografia, será que os embaixadores realmente atentaram às vicissitudes da política francesa do momento?

A proposta do presente artigo não é apontar culpados ou eximir personagens de participação no equívoco da guerra e da aliança com a França. No entanto, partindo do campo dos novos estudos acerca da diplomacia, procura-se analisar o papel dos embaixadores D. Álvaro de Ataíde e João de Elvas nessas negociações. Pelos indícios disponíveis, vislumbra-se que eles respeitaram as normas da diplomacia, portaram os devidos documentos, conseguiram a assinatura dos tratados com Luís XI e rapidamente informaram ao rei de Portugal do acordo. Assim, cabe questionar: em que medida a atuação desses sujeitos pode ter contribuído para tal infortúnio? Se influenciaram nos erros da

⁴⁰ HEERS, Jacques. *Louis XI*. Paris: Perrin, 2003, p. 68-75.

⁴¹ OLIVERA SERRANO, César. Crecimiento de Francia. In: ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (coord.). *Historia Universal de la Edad Media*. Barcelona: Ariel, 2002, p. 765-766.

⁴² Mesmo enfraquecido, Carlos, o Temerário, permaneceu em seu projeto de constituição de um reino unificado e os conflitos perduraram intensos até janeiro de 1477, quando Carlos faleceu em batalha contra as tropas suíças.

estratégia diplomático-militar portuguesa, o que faltou a tais embaixadores no processo de negociação na corte francesa?

Em busca de respostas para tais indagações, sobressaem as palavras do cronista Philippe de Commynes. Em suas *Mémoires*, compostas entre 1489 e 1498, advertiu sobre a importância de o príncipe escolher adequadamente os seus embaixadores e critica os enviados portugueses por não terem se informado melhor sobre o que passava na corte francesa, motivando a continuidade da guerra e a equivocada viagem de D. Afonso V.⁴³ A crítica de Commynes, que dá título ao presente artigo, direciona-se a embaixada de D. Álvaro de Ataíde e João de Elvas, no entanto, pode ser ampliada a missão de Lopo de Albuquerque, responsável por levantar os apoiadores castelhanos de D. Joana, embaixada que antecedeu a entrada das tropas portuguesas em Castela e a busca incessante pela aliança com a França. É curioso que são duas missões circunstancialmente bem-sucedidas que, ao serem observadas a partir de outras escalas, revelam-se errôneas. A narrativa de Commynes também direciona a atenção ao problema da dimensão informativa da diplomacia, questão que ganhou centralidade na vida política dos reinos ao final da Idade Média.

Destarte, partindo das críticas do cronista francês, cabe tecer algumas considerações sobre os sujeitos envolvidos nessas embaixadas.

OS EMBAIXADORES

Como indicado, o foco das acusações de Commynes repousa sobre os embaixadores responsáveis pelo tratado de 1475. Apesar disso, uma breve regressão aos primeiros passos diplomáticos da guerra faz ressaltar a participação de outro personagem, Lopo de Albuquerque, enviado que teve a missão de apurar os apoios castelhanos à causa de D. Joana e D. Afonso.

Membro da alta nobreza portuguesa, Lopo de Albuquerque foi filho de João de Albuquerque e D. Catarina Pereira. Em 1463 é mencionado como camareiro e guarda-roupa de D. Afonso V, recebendo o ofício de camareiro-mor em 1471, cargo ocupado até então pelo tio, D. Álvaro de Castro,

⁴³ “Et pour ce, un prince doit bien regarder quelz ambassadeurs il envoie par pays: car, si ceulx cy qui vindrent faire l’allyance dudict roy de Portingal de par deca, à laquelle me trouvoy present et l’un des depputez pour le Roy, eussent est bien saiges, ilz se fussent mieulx informez des choses de par deca, avaut que conseiller à leur maistre ceste venue, qui tant luy porta de dommaige”. *Mémoires de Philippe de Commynes*. Revue et publiée avec annotaions et éclaircissements par M. elle Dupont. Paris: Libraires de la Société de l’Histoire de France, 1843, Tome II, Livre V, Chapitre VII.

que foi conde de Monsanto.⁴⁴ Sua primeira missão diplomática foi em 1474. Rui de Pina, cronista contemporâneo dos acontecimentos, relata que foi apenas depois de receber a certidão trazida de Castela por Lopo de Albuquerque que D. Afonso V decidiu por entrar no reino vizinho⁴⁵. Com base nos registos portugueses, Jerónimo Zurita, cronista aragonês do século XVI, também enfatizou a importância de Lopo de Albuquerque como homem de confiança do monarca (“...envió a Castilla un caballero de quien hacía gran confianza...”) e responsável por conseguir as garantias de apoio da nobreza castelhana.⁴⁶ Por seu turno, Damião de Góis amplia a recepção da missão de Lopo de Albuquerque por parte do rei. Segundo o cronista:

Lopo de Albuquerque fez tão bem seus negócios, que trouxe resposta desses senhores, e doutros de Castela a el-rei D. Afonso, e autos feitos e solenizados por eles, de como o recebiam por rei, e senhor, casando com a princesa D. Joana: com a qual resposta se tornou ao reino, em janeiro seguinte do ano de 1475, onde achou el-Rei em Évora, que deste recado ficou muito satisfeito.⁴⁷

Góis acrescenta que, em virtude dos bons serviços prestados, após o casamento com D. Joana, o rei fez Lopo de Albuquerque primeiro conde de Penamacor, em 1475. No ano seguinte, o conde integrou missão diplomática a Roma e, em 1477, foi enviado ao reino da França. Nos anos 1480, esteve envolvido nos conflitos entre o duque de Viseu e D. João II, saindo do reino de Portugal.

D. Álvaro de Ataíde foi um homem ligado a uma das principais famílias da corte quatrocentista portuguesa. Filho de D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, 1º conde de Atouguia, e D. Guiomar de Castro, aparece como cavaleiro da casa real desde 1462. Casou-se com D. Guiomar de Castro e pelo casamento herdou a casa da Castanheira.⁴⁸ O cronista Damião de Góis afirma que era pessoa de muita autoridade e que tinha a confiança do rei.⁴⁹ Acredita-se, assim, que em virtude dessa proximidade e credibilidade D. Álvaro tenha sido escolhido como embaixador ao reino da França em

⁴⁴ *Livro de Linhagens do século XVI*. Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p. 146-148; FREIRE, Anselmo Brammcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, v. III, p.307-309.

⁴⁵ PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V*. Escritorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, Capítulo CLXXIV.

⁴⁶ ZURITA, Jerónimo. *Anales de Aragón*. Edición de Ángel Canellas López. Edición electrónica de José Javier Iso (coord.), María Isabel Yagüe y Pilar Rivero. IFC, 2003, Libro XIX, Cap. XVIII.

⁴⁷ GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, capítulo XLII.

⁴⁸ *Livro de Linhagens do século XVI*. Introdução de António Machado de Faria. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1956, p. 213-217; FREIRE, Anselmo Brammcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, v. I, p. 417-418; FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.202-205.

⁴⁹ “ElRei Dom Afonso pera melhor poder vir aho fim do negocio em que andava, sabendo quanto elrei Luis de França, onzeno do nome desejava cobrar ho condado de Roselham [...], determinou mandarlhe recado [...]: a este negocio por ser de importancia mandou dom Alvaro d’Ataide, pessoa de muita authoridade, e de que muito confiava”. GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, capítulo XLVII.

1475, recebendo plenos poderes para tratar, fazer e assentar paz, amizade e aliança com Luís XI. No entanto, essa foi a primeira e única missão diplomática de D. Álvaro. Nos anos seguintes, ele continuou a receber mercês do rei, como os privilégios ao seu filho e o alvará de 1480, pelo qual lhe foram prometidas as terras do sogro, conde de Atalaia.⁵⁰ Poucos anos depois também esteve envolvido na conspiração contra D. João II, sendo sentenciado à morte. Após exílio em Castela, retornou ao reino de Portugal, onde morreu em 1505.⁵¹

Com ligação familiar ao funcionalismo régio, João de Elvas⁵² nasceu em data incerta e, em 1463, aparece como procurador dos feitos do rei. No ano seguinte é mencionado como bacharel em leis e sua trajetória ganha maior relevo a partir da década de 1470. Nesses anos aparece como licenciado (1471) e doutor em leis (1476) e exerce interinamente o cargo de Corregedor da Corte (1472 e 1476). Gozava da confiança do rei e, em 1472, foi enviado a Inglaterra com o objetivo de reclamar a restituição dos roubos feitos pelos ingleses contra naus portuguesas, situação que não excluía a via armada para a resolução do impasse. Quiçá pela experiência na área jurídica e, em especial, na relação entre Portugal e Inglaterra, em 1475, foi um dos embaixadores que tratou da liga ofensiva entre D. Afonso V e Luís XI. A atuação de João de Elvas na missão é incerta, porém é possível conjecturar que visou subsidiar juridicamente as negociações travadas por D. Álvaro de Ataíde. Chama atenção que ao longo dos anos seguintes sua projeção foi significativa. Mencionado como doutor em Leis desde 1476, João de Elvas aparece como conselheiro régio a partir de 1480, ano em que exerce o cargo de desembargador da Casa do Cível (1480) e de corregedor da Corte (1480-1486). Além disso, foi novamente escolhido embaixador em 1482 e foi procurador de D. João II no julgamento que sentenciou o duque de Bragança (1483).

Feita essa breve apresentação das individualidades envolvidas nas duas missões seleccionadas, convém tecer alguns apontamentos de conjunto.

*

⁵⁰ FREIRE, Anselmo Brammcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, v. I, p. 417; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Relações históricas entre Portugal e a França. (1431-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1975, p. 106, nota 9.

⁵¹ FREIRE, Anselmo Brammcamp. *Brasões da Sala de Sintra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, v. I, p. 418-419.

⁵² Sobre João de Elvas, ver: BRITO, Isabel Carla Moreira de. *A burocracia régia tardo-afonsina. A Administração central e os seus oficiais em 1476*. Porto: Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, 2001, Catálogo prosopográfico, p. 53-56; FARO, Jorge. *Receitas e despesas da fazenda real de 1384 a 1481 (subsídios documentais)*. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Económicos, 1965, p.81; SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da Monarchia portugueza até os nossos dias*. Paris: J. P. Aillaud, Vol. 3, p. 124, Vol. 14, 206-208.

A inexistência de regimentos, de órgãos exclusivamente dedicados ao trato da diplomacia e de um ofício de embaixador, não impediu que a atuação dos enviados diplomáticos fosse objeto de reflexão durante o período medieval. Ao menos desde os séculos XII e XIII, observa-se a crescente preocupação com o exercício do poder régio e, conseqüentemente, com as atividades que compunham a monarquia. Nesse sentido, a historiografia tem demonstrado a constante presença de admoestações aos embaixadores na literatura especular e moral da Baixa Idade Média.⁵³ Tais textos propunham uma série de orientações sobre o comportamento dos embaixadores, indicando virtudes a serem cultivadas e vícios a serem evitados.

O catalão Ramón Llull (Raimundo Lúlio), por exemplo, na fábula *Livro das Bestas* (séc. XIII), assim descreveu como deveriam ser os mensageiros do rei:

A sabedoria de um senhor é significada em mensageiros sábios, bem-falantes, bons conselheiros e bons conciliadores. A nobreza de um senhor é significada em mensageiros que cumprem honradamente a sua missão, bem vestidos, que possuam uma companhia bem nutrida e bem ornamentada, e que eles e sua companhia não tenham avareza, gula, luxúria, soberba, ira, nem qualquer outro vício. Todas essas coisas e muitas outras são necessárias aos mensageiros de um nobre príncipe de tal maneira que a ação de enviar uma mensagem seja agradável ao príncipe e à corte a quem são enviados os mensageiros⁵⁴.

Na passagem do século XIV para o XV, Pero López de Ayala, no seu *Rimado de Palacio*, reforçou tal entendimento sobre a atuação dos enviados diplomáticos, afirmando que a escolha de embaixadores bem ordenados e bem acompanhados, bons cavaleiros e doutores bem letrados, resultaria na percepção da grandeza do emissor da embaixada, garantido fama a tal senhor.⁵⁵ Em síntese, nos textos percebe-se que os embaixadores deveriam se caracterizar pela lealdade e amizade, pela conduta exemplar e por serem sábios, uma sabedoria que passava pelo conhecimento das leis e da ciência, mas que também estava relacionada ao comportamento, à retidão moral, aos cuidados com o corpo e com a fala.

Assumindo tais orientações, pode-se afirmar que os três embaixadores objeto desta reflexão, Lopo de Albuquerque, D. Álvaro de Ataíde e o Dr. João de Elvas, aproximavam-se do modelo

⁵³ PÉQUIGNOT, Stéphane. Les ambassadeurs dans les miroirs des princes en Occident au Moyen Âge. In: ANDRETTA, Stefano; PÉQUIGNOT, Stéphane; WAQUET, Jean Claude (org.). *De l'ambassadeur – Les écrits relatifs à l'ambassadeur et à l'art de négocier du Moyen Âge au début du XIXe siècle*. Roma: École Française de Roma, p.33-55; PÉQUIGNOT, Stéphane. Ambassades et ambassadeurs. In: MOEGLIN, Jean-Marie (dir.). *Diplomatie et "relations internationales" au Moyen Âge (IXe-XVe siècle)*. Paris: PUF, 2017, p. 345-493.

⁵⁴ LÚLIO, Raimundo. *O Livro das Bestas*. Tradução de Ricardo da Costa. São Paulo: Editora Escala, 2006, Capítulo 5, p. 63.

⁵⁵ AYALA, Pero López de. *Libro Rimado de Palacio*. Edición de Kenneth Adams. Madrid: Ediciones Cátedra, 1993, versos 617-618, p.242.

literário de bom embaixador de finais do medievo. Eles eram homens próximos ao rei e infere-se que gozavam da confiança do monarca. No caso de Lopo de Albuquerque e D. Álvaro de Ataíde, conheciam a cultura cortesã, provavelmente estavam bem ornados e ocupavam posições de destaque na nobreza. O outro membro da tríade, João de Elvas, não era menos importante e tinha um perfil técnico – a formação como jurista – para o exercício da diplomacia, perfil cada vez mais demandado no período.⁵⁶

Contudo, tais predicados virtuosos não foram suficientes para que esses homens se apercebessem dos meandros das negociações diplomáticas do período. Faltava-lhes experiência no trato político fora do reino, conhecimento que, talvez, fosse equacionado na figura de João Fernandes da Silveira e Jorge da Costa, dois dos principais embaixadores portugueses da segunda metade do século XV.⁵⁷ A única exceção entre os três enviados era João de Elvas, que estava em segunda missão e possivelmente ocupou posição secundária e técnica na negociação do tratado de 1475. Nesse sentido, a falta de experiência pode ter contribuído para que os enviados não tenham conseguido perceber a situação política na corte francesa e tenham sido enredados nos interesses de Luís XI, como sugere Philippe de Commines. Faltava-lhes tato com uma dimensão crucial do exercício diplomático, a dimensão informativa da diplomacia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: INFORMAÇÃO E DIPLOMACIA EM FINAIS DA IDADE MÉDIA

Sem a intenção de aprofundar esse complexo tema nos apontamentos finais do presente artigo, ressalta-se que a questão Informação e Diplomacia, com seus desdobramentos em eixos como rumores, circulação de notícias, espionagem, propaganda, políticas de informação, entre outros, tem mobilizado importantes investigações nas últimas décadas.⁵⁸ Tais estudos têm demonstrado que em

⁵⁶ Sobre a importância dos juristas e do serviço técnico na diplomacia do período, ver: GANSHOF, François. Le Moyen Age. In: RENOUVIN, Pierre (dir.). *Histoire des Relations Internationales*. Tome I. Paris: Librairie Hachette, 1953, p. 267-268; GUENÉE, Bernard. *O Ocidente nos séculos XIV e XV – Os Estados*. São Paulo: Pioneira, Editora da Universidade de São Paulo, 1981, p. 179-181; AUTRAND, Françoise; CONTAMINE, Philippe. Naissance de la France: naissance de sa diplomatie. Le Moyen Âge. In: Histoire de la diplomatie française. I. Du Moyen Âge à l'Empire. Paris: Perrin, 2005, p. 120-125.

⁵⁷ MORENO, Humberto Carlos Baquero. Um grande diplomata português do século XV: o Doutor João Fernandes da Silveira. Separata de *A Diplomacia na História de Portugal*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1990, p. 93-103; MENDONÇA, Manuela. *D. Jorge da Costa. "Cardeal de Alpedrinha"*. Lisboa: Colibri, 1991.

⁵⁸ A título de exemplo, citam-se as obras: *La Circulation des nouvelles au Moyen Âge*. XXIV^e Congrès de la S.H.M.E.S. (Avignon, juin 1993). Rome: École Française de Rome, 1994; *Information et société en Occident à la fin du Moyen Âge*. Actes du colloque international tenu à l'Université du Québec à Montréal et à l'Université d'Ottawa 2002. Paris: Publications de la Sorbonne, 2004; BILLORÉ, Maïté; SORIA, Myriam (Dir.). *La Rumeur au Moyen Âge. Du mépris à la manipulation. Ve-Xve siècle*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2011; DUMOLYN, Jan. Political communication and Political Power in the Middle Ages: a conceptual journey. *Edad Media. Revista de Historia*. Año 2012, v.13, p.33-55; GÜRKAN, Emha Safa. *Espionage in the 16th century mediterranean: secret diplomacy, mediterranean go-betweens*

finais do medievo, paralelamente aos pressupostos morais e cristãos, aos embaixadores era demandado outro atributo, a dimensão informativa, cada vez mais crucial nas negociações do período. Cabia aos embaixadores coletar informações no estrangeiro, gerir as notícias recebidas, identificar ruídos e, por vezes, promover rumores. Missões oficiais e oficiosas mesclavam-se diante das necessidades informativas da diplomacia. Destarte, parece que faltava aos três embaixadores portugueses tal tato exigido pela diplomacia quatrocentista, saber que, talvez, teria evitado ou reduzido os erros de D. Afonso V na guerra peninsular.

Conforme as críticas de Commynes, os embaixadores portugueses não compreenderam o que se passava na corte de Luís XI, e o mesmo pode ser dito sobre o contexto interno de Castela. O Marquês de Vilhena comunicou a D. Afonso V o significativo apoio de parte da nobreza castelhana à causa de D. Joana, entretanto, a realidade era menos otimista, com poucas casas nobiliárquicas importantes apoiando a causa, sendo maior a presença de nobres de média linhagem.⁵⁹ Pelo registro das crônicas, Lopo de Albuquerque, no início das tratativas que levaram à guerra, não se apercebeu desse cenário pouco promissor, informando ao rei apenas a versão otimista do Marquês de Vilhena e dos seus afiliados.

Sobre o contexto francês, atualmente sabe-se que com o gradativo afastamento das pretensões inglesas ao trono francês após a Guerra dos Cem Anos, a realeza francesa orientou a maior parte de suas energias para o tratamento com as rivalidades ducais, sobretudo dos ducados da Bretanha e da Borgonha, os principais perigos ao poder régio Valois. Esse pode ser descrito como principal linha de força da diplomacia de Luís XI, secundando outras questões, como as disputas nos Pirineus com Aragão. Deste modo, a França moveu-se em todas as frentes, aproximando-se ora dos portugueses/castelhanos, ora dos aragoneses, o que conseqüentemente impediu o apoio efetivo à D. Afonso V.

Acompanhando o andamento das negociações do tratado de 1475, sabe-se que em abril desse ano, o rei da França respondeu ao monarca português informando-o que tinha mandado uma carta ao papa Sisto IV para que D. Afonso V pudesse obter a dispensa matrimonial. Todavia, a missiva não era verdade, uma vez que só em 26 de setembro, Luís XI enviou um conselheiro a Roma para tratar

and the Ottoman Habsburg rivalry. Washington: Georgetown University, 2012; LAZZARINI, Isabella. *Communication and conflict. Italian diplomacy in the Early Renaissance, 1350-1520*. Oxford: Oxford University Press, 2015; PÉQUIGNOT, Stéphane. L'information sur l'étranger. In: MOEGLIN, Jean-Marie (dir.). *Diplomatie et "relations internationales" au Moyen Âge (IXe-XVe siècle)*. Paris: PUF, 2017, p. 623-670; MONTES, Néstor Vigil (dir.). *Comunicación política y diplomacia en la Baja Edad Media*. Évora: Cidehus, 2019.

⁵⁹ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luís. *Nobleza y Monarquía. Entendimiento y rivalidade. El proceso de la construcción de la corona española*. Madrid: La esfera de los libros, 2005, p. 366-367.

do assunto.⁶⁰ Do mesmo modo, em 04 de setembro, isto é, quatro dias antes da assinatura do Tratado de Liga ofensiva com D. Afonso V, Luís XI assinou um tratado de paz com Fernando de Aragão, que se estendia até julho de 1476.⁶¹ Em meio a tal contradição ou jogo duplo, o francês cumpriu parcialmente com o acordo estabelecido com D. Afonso, posto que em dezembro de 1475 preparou ofensiva militar na fronteira da Biscaia, ajudando o português na luta pelos seus direitos ao trono de Castela.⁶² Não obstante, a reticência de Luís XI em avanços efetivos contra Aragão parece sustentar-se na complexa relação entre a casa real francesa e as demais casas ducais em meados da década de 1470 e nos insucessos militares de D. Afonso V e D. Joana, elementos que gradativamente minaram quaisquer chances efetivas de investida militar da França.

Pelos elementos expostos, convém questionar: que informações o rei de Portugal dispunha sobre tal cenário diplomático, os apoiantes de D. Joana e as negociações com a França? Compreende-se que D. Afonso V não estava desinformado. Pelo contrário, o monarca tinha uma série de informações, notícias oficiais dispostas em cartas e nas palavras de mensageiros e embaixadores, que informavam acerca dos apoiadores em Castela, das tratativas franco-portuguesas de aliança contra Aragão e das ações militares francesas. Rui de Pina, inclusive, sugere um monarca inquieto e desconfiado em relação às negociações com Luís XI.⁶³ Contudo, os canais oficiais não eram suficientes para sustentar ações diplomáticas tão complexas como uma guerra travada em inúmeras frentes e alcançar tanto as divisões da nobreza castelhana, como as negociações paralelas empreendidas pelo reino francês e a complexidade da política Valois frente aos ducados da Borgonha e Bretanha.

Em finais do século XV, cada vez mais era demandado que as monarquias mobilizassem um conjunto de estratégias de informação, como ouvir viajantes e mercadores, enviar espiões, trocar mensagens cifradas, promover rumores etc. Veneza, por exemplo, desde o século XIII mostrava-se preocupada com os relatórios dos embaixadores, escritos e orais, e as informações variadas advindas das embaixadas,⁶⁴ prática que estava de certo modo disseminada pelos reinos ocidentais no século XIV.⁶⁵ Nesse complexo trabalho de coleta e gestão da informação os embaixadores tinham um papel

⁶⁰ MONTEIRO, Inês Outor. *“Ce prauve Roy de Portugal”*: Uma outra perspectiva da viagem de D. Afonso V a França (1476-1477). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Dissertação de Mestrado em Estudos Medievais, 2020, p. 88.

⁶¹ GOMES, Saul António. *D. Afonso V*. Lisboa: Temas e Debates, 2009, p. 279.

⁶² GÓIS, Damião de. *Crónica do Príncipe D. João*. Edição crítica e comentada de Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, capítulo LXXI.

⁶³ PINA, Rui de. *Chronica de El-Rei D. Affonso V*. Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, Capítulo CXCI.

⁶⁴ VIVO, Filippo de. *Information and Communication in Venice: Rethinking Early Modern Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

⁶⁵ GANSHOF, François. Le Moyen Age. In: RENOUVIN, Pierre (dir.). *Histoire des Relations Internationales*. Tome I. Paris: Librairie Hachette, 1953, p. 278.

crucial, sendo responsáveis por conduzir negociações oficiais sem descuidar com as tramas oficiosas que poderiam determinar o sucesso ou não de uma missão. A diplomacia, como uma moeda de duas faces, era travada nas luzes, com tratos oficiais, e nas sombras, com medidas oficiosas. Tais faces, cada vez mais integradas, não podiam prosseguir dissociadas.

Pelos indícios disponíveis, Lopo de Albuquerque, D. Álvaro de Ataíde e João de Elvas não exerceram plenamente esse papel enquanto embaixadores, e o reino de Portugal não ofereceu uma rede de informação adequada para sustentar tal demanda. Ao passo que os embaixadores não alcançaram a dimensão informativa da diplomacia, eles contribuíram para que D. Afonso V tivesse apenas uma das faces da diplomacia na condução da guerra, a face visível, que carregava inúmeras incertezas e perigos.